PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358, DE 2005

“Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências.”

EMENDA N.º

(Do Sr. DIMAS RAMALHO)

Substitua-se a redação do art. 96, I, a, constante do art. 1º da da Proposta de Emenda à Constituição n.º 358, de 2005, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 96. Compete privativamente:

I – aos Tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos, por maioria absoluta e voto secreto dos magistrados vinculados ao respectivo Tribunal, inclusive dos juízes de primeiro grau, para mandato de dois anos, vedada a reeleição, e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a criação, a competência, a composição e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos; “

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se a alteração do artigo 96, I, alínea 'a' da PEC 358/2005 de modo a assegurar a participação de todos os magistrados, inclusive os de primeiro grau, na eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais. Quer, com isso, aperfeiçoar o atual modelo de organização administrativa do Judiciário, que atualmente é demasiadamente verticalizado e hierarquizado.

Dessa forma, estar-se-ia garantindo um debate mais amplo sobre as prioridades administrativas que devam ser adotadas no âmbito de cada órgão jurisdicional, bem como ampliando o controle sobre a gestão administrativa dos órgãos do Poder Judiciário.

Igualmente, é preocupante a interpretação que possa vir a ser dada ao art. 96, inciso I, alínea 'a', ante a atual redação da Proposta de Emenda Constitucional 358/2005, de modo que se propõe seja suprimida do dispositivo legal em análise a expressão "para mandato subsequente", pois isto, ao contrário de prevenir a reeleição permitirá a eleição dos dirigentes para mandatos alternados, o que de certo não é a intenção da proposta. Ademais, a matéria é tratada pelo Estatuto da Magistratura no art. 102, que veda expressamente a reeleição dos dirigentes aos cargos de direção dos tribunais brasileiros.

Salas das Comissões, 07 dezembro de 2005

Dep. DIMAS RAMALHO
PPS/SP